

Título da dívida externa beneficiará cultura

Conversão

Recursos só podem ser aplicados em obra audiovisual ou a doações ao Fundo Nacional de Cultura (FNC)

por Janes Rocha e Leandra Peres
de Brasília

Demorou quase quatro anos mas finalmente o Ministério da Fazenda se movimentou para autorizar a conversão de dívida externa em projetos culturais e de audiovisual. O presidente Fernando Henrique assinou na noite de quarta-feira a Medida Provisória 1.486-29 que cria um título do Tesouro Nacional para ser emitido na troca de títulos da dívida externa. Essa operação só pode ser feita para aplicação do dinheiro em obra audiovisual brasileira ou a doações ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).

A medida ainda depende de regulamentação: o Tesouro Nacional vai

definir o limite da emissão e o tipo de Notas do Tesouro Nacional, e também qual dos vários papéis da dívida externa que circulam atualmente pelo mercado internacional, poderão ser utilizados. "Acho que em um mês vamos definir a regulamentação com o pessoal do Ministério da Cultura", disse a este jornal o secretário do Tesouro, Murilo Portugal.

O Ministério da Cultura (MinC) comemora. A secretária executiva do MinC, Maria Delith Balaban, diz que a conversão da dívida em projetos audiovisuais vai potencializar o crescimento deste mecanismo de financiamento do setor no Brasil, que vem aos saltos desde que a lei 8.685 de ju-

lho de 1993 entrou em vigor. Por ela, as empresas produtoras de filmes podem captar dinheiro no mercado de capitais através de Certificados de Investimento e os investidores podem abater 1% do Imposto de Renda devido em favor de projetos audiovisuais. No ano passado, somando os dois mecanismos a produção cinematográfica atraiu mais de R\$ 30 milhões. "É mais do que tudo o que já foi captado durante a existência da Embrafilme", a estatal do cinema brasileiro extinta no governo Fernando Collor de Mello, lembra Balaban.

O produtor do filme "O Quatrilho", Luis Carlos Barreto, também

ficou satisfeito com a decisão. "Era o que a gente tinha pedido", disse ele referindo-se ao sindicato dos produtores do qual ele faz parte. Barreto conta que perdeu a oportunidade, em 1990, de captar US\$ 600 mil para a produção do filme no exterior por falta de regulamentação da conversão da dívida externa. Agora ele acredita que será interessante a conversão, não para um só filme mas para projetos envolvendo vários filmes e também para a construção de novas salas de cinema.

"O setor de audiovisual será extremamente fortalecido durante este governo. O presidente FHC quer que esta seja uma marca do seu gover-

no", comentou o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles.

Segundo ele, um próximo passo importante para o setor poderá ser aumentar o incentivo fiscal. Junto com o MinC, o MICT está analisando o aumento de 1% para 3% do total dedutível no Imposto de Renda para quem investe em audiovisual e mecanismos para facilitar a emissão de debêntures pelos produtores. "Essas medidas deverão estar definidas ainda em agosto", disse ele em entrevista a este jornal.

Dornelles também promete mexer em outra questão relativa ao investimento estrangeiro no setor cul-

tural. "Quando o investidor aproveitou um subsídio dado pelo governo brasileiro, isso não significa benefício pois tem que pagar a diferença no seu país. Até o final do ano esperamos ter este problema resolvido", afirmou.

"Com o crescimento do setor de televisão a cabo, haverá um demanda extra de 10 mil horas de imagem por ano. O setor do audiovisual é extremamente empregador, além dos empregos gerados diretamente, você tem toda uma estrutura paralela, que é o maquiador, o cabeleireiro, o cenógrafo, etc. Isso movimenta um número enorme de pessoas", acrescentou Dornelles.